

ATA NÚMERO 129/XIII (3.ª)

M

A 5 de junho de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

- Audição regimental do Ministro da Cultura, para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do [Regimento da Assembleia da República](#).
- Audição, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, do Ministro da Cultura, sobre o atraso da entrada em funções do novo conselho de administração da RTP.
- Audição, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, do Ministro da Cultura, sobre as razões que levaram à demissão da Diretora-Geral das Artes, Dr.ª Paula Varanda.

II PARTE

1. Informações

2. Outros assuntos.

I PARTE

Audição regimental do Ministro da Cultura, para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

Após a intervenção inicial do Senhor Ministro da Cultura, que pode ser consultada [aqui](#), usaram da palavra os Senhores Deputados Ana Sofia Bettencourt (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), José

Soeiro (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP), tendo o Senhor Ministro da Cultura e o Senhor Secretário de Estado da Cultura intervindo a seguir a cada intervenção dos Grupos Parlamentares para responder às questões colocadas.

Na segunda ronda, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados Susana Lamas (PSD), Carla Sousa (PS), José Soeiro (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP), Diana Ferreira (PCP) e Ana Mesquita (PCP).

O Senhor Ministro da Cultura e o Senhor Secretário de Estado da Cultura responderam às questões colocadas, após cada intervenção dos Senhores Deputados.

Na terceira ronda, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados Amadeu Soares de Albergaria (PSD), Carla Sousa (PS), José Soeiro (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP), Diana Ferreira (PCP), Sara Madruga da Costa (PSD), Diogo Leão (PS), António Costa e Silva (PSD) e Ana Mesquita (PCP).

O Senhor Ministro e o Senhor Secretário de Estado responderam no final, em bloco, a todas as questões, após cada intervenção dos Deputados.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição regimental, agradecendo ao Senhor Ministro e ao Senhor Secretário de Estado os esclarecimentos prestados.

As gravações áudio e vídeo encontram-se disponíveis na [página internet da Comissão](#).

Audição, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, do Ministro da Cultura, sobre o atraso da entrada em funções do novo conselho de administração da RTP

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) fez a apresentação do [requerimento](#) subscrito pelo Grupo Parlamentar do PSD, referindo-se à necessidade de avaliar as consequências que o atraso na entrada em funções do novo Conselho de Administração da RTP teve na empresa, designadamente em termos da instabilidade criada, potencialmente lesiva do interesse público.

Lembrou igualmente que no passado dia 1 de junho tinha sido finalmente eleito o novo Conselho de Administração da RTP, quatro meses depois de a empresa estar em gestão corrente e sem uma administração designada. Recordou que a instabilidade vivida deveu-se ao impasse criado pela não emissão de parecer vinculativo por parte do Ministério das Finanças em relação ao nome indicado para administrador financeiro da empresa. Nesse sentido, questionou o Senhor Ministro no sentido de saber se durante esse período de tempo ficou à espera do desenlace dessa situação, se tomou alguma diligência em concreto e a que se deveu o atraso na entrada em funções no novo Conselho de Administração.

A este propósito, lembrou que o próprio Conselho de Redação da RTP, na audição que teve lugar na Assembleia da República no passado dia 2 de maio, disse que esse atraso constituiu uma «situação insalubre» para a empresa e que criou uma certa instabilidade, solicitando um desfecho rápido e célere para a mesma.

Antes de terminar a sua intervenção sublinhou que essa situação de instabilidade teve os seus reflexos políticos na empresa, começando desde logo pela falsa notícia de demissão da Direção de Informação e que deu origem a uma série de audições parlamentares, levando vários Grupos Parlamentares a pôr em causa o próprio modelo de governação da RTP e a estabilidade da empresa. E, nesse sentido, perguntou ao Senhor Ministro se considerava (ou não) o atual modelo de governança da RTP adequado.

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Carla Sousa (PS), Vânia Dias da Silva (CDS-PP), Diana Ferreira (PCP) e José Soeiro (BE), que colocaram questões sobre o modelo de governação e de funcionamento da RTP, a necessidade de financiamento da empresa e o prazo previsto para os aumentos de capital, os investimentos que terão de ser feitos no digital, a diversificação das fontes de financiamento, o processo de regularização dos vínculos precários, o plano estratégico da RTP e a ausência de apoio à divulgação do cinema português.

O Senhor Ministro da Cultura e o Senhor Secretário de Estado da Cultura responderam a cada um dos Senhores Deputados no final de cada intervenção, tendo afirmado ser importante lembrar, a este propósito, os factos ocorridos:

Os membros do CGI cessaram funções em setembro de 2017;

No dia 24 de agosto o Governo indicou o nome de Francisco Seixas da Costa para o CGI;

A 27 de setembro o Conselho de Opinião indicou o Professor Vieira de Andrade;

A 10 de novembro os 5 membros indigitados cooptaram a Professora Helena Sousa;

A 22 de janeiro o Ministério das Finanças indicou os novos 3 membros, tendo nessa altura a composição do CGI ficado completa.

A 25 de janeiro o CGI convidou o Dr. Gonçalo Reis para apresentar um projeto estratégico para a empresa;

Posteriormente foram indicados outros dois membros, Hugo Figueiredo e Verónica Soares Franco, nome este que, a 21 de março, foi vetado pelo Ministério das Finanças;

Mais tarde o CGI indicou o nome de uma outra administradora financeira, Ana Dias da Fonseca, que mereceu a concordância do Ministério das Finanças;

A 17 de abril ficou constituído o novo Conselho de Administração da RTP;

De seguida, o CGI aprovou o plano estratégico e enviou os nomes dos novos membros do Conselho de Administração à CRESAP;

Após a emissão do parecer da CRESAP pôde ser elaborada uma deliberação unânime (o que veio a acontecer no dia 1 de junho) por escrito que substituiu a assembleia geral para efeitos da eleição dos novos membros do Conselho de Administração.

Afirmaram também que a ideia que o Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) tinha dado da instabilidade da empresa não era verdadeira e que o mandato do Conselho de Administração anterior só tinha terminado com a posse dos novos administradores a 1 de junho, tendo até lá o Conselho de Administração exercido plenamente as suas funções, estando perfeitamente apto a tratar de todos os assuntos da empresa. Recordaram que o melhor exemplo a ser dado a este propósito foi a organização do Festival da Eurovisão, considerado o melhor de sempre pela União Europeia de Radiodifusão.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição, agradecendo ao Senhor Ministro e ao Senhor Secretário de Estado os esclarecimentos prestados.

As gravações áudio e vídeo encontram-se disponíveis na [página internet da Comissão](#).

Audição, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, do Ministro da Cultura, sobre as razões que levaram à demissão da Diretora-Geral das Artes, Dr.^a Paula Varanda

A Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) fez a apresentação do requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP afirmando que há cerca de um mês o Ministério da Cultura tinha anunciado a cessação de funções da Senhora Diretora-Geral das Artes, Paula Varanda, por perda de confiança política. Lembrou que, segundo o que foi noticiado, o Ministério da Cultura tinha tomado essa decisão na sequência de uma investigação levada a cabo por um programa da RTP, *Sexta às 9*, que demonstrou que Paula Varanda, no decurso do exercício das suas funções como Diretora-Geral, tinha mantido as suas funções de diretora artística da Associação DANSUL, Dança para a Comunidade no Sudeste Alentejano, sita em Mértola e financiada pela Direção-Geral das Artes, encontrando-se numa situação laboral claramente ilegal. Segundo o mesmo programa da RTP1, Paula Varanda chegou, inclusivamente, a assinar um contrato com a RTP no valor de 22 mil euros para a produção de um documentário. Nesse sentido, perguntou ao Senhor Ministro se era ou não verdade o que tinha sido noticiado e se a então Diretora-Geral das Artes tinha omitido tais informações ou se, pelo contrário, elas eram conhecidas, só se tendo apercebido nessa altura da situação de incompatibilidade e de ilegalidade em que se encontrava.

Perguntou também ao Senhor Ministro quando tinha sido feita a nomeação em substituição da Senhora Diretora-Geral das Artes e qual a data de abertura do concurso pela CRESAP e se tinha noção da gravidade da afirmação que fez a propósito da saída daquela responsável de que «a Senhora Diretora-Geral das Artes foi demitida por perda de confiança política». Lembrou que a justificação dada contraria a natureza não política dessa função de diretora-geral, que é um cargo de direção e não de nomeação por uma entidade independente exatamente para lhe retirar o cariz político. Foi uma afirmação infeliz que fez ou de facto defende que esses cargos devem ter um perfil político e ser de confiança política, perguntou.

De seguida, colocaram algumas questões os Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), Carla Sousa (PS), Ana Mesquita (PCP), Diana Ferreira (PCP) e José Soeiro (BE), sublinhando, entre outros pontos, que a Diretora-Geral das Artes não tinha aceite o convite para vir à audição à Assembleia da República, ser estranho que nunca ninguém tenha tido conhecimento da situação irregular em que se encontrava Paula Varanda e que, depois desta situação, o Ministério da Cultura devia

aproveitar esta oportunidade para reformular a DGArtes, dotá-la com mais pessoal e fixar o perfil dos seus dirigentes para evitar que problemas idênticos ao registado ocorram no futuro.

O Senhor Ministro da Cultura e o Senhor Secretário de Estado da Cultura responderam a cada um dos Senhores Deputados no final de cada intervenção tendo afirmado, designadamente, que o que esteve em causa foi uma quebra de lealdade pessoal e funcional, não tendo o Ministério produzido qualquer qualificação ética a este respeito; que a equipa do Ministério não conhecia as atividades e a ligação formal de Paula Varanda à referida Associação e que nem sequer as qualifica nem jurídica nem eticamente; que Paula Varanda exercia as suas funções em regime de substituição e não em resultado do concurso da CRESAP; que se apurou que Paula Varanda não deixou de ser diretora artística da DANSUL no decurso do exercício das suas funções de diretora-geral; que o financiamento à DANSUL foi suspenso em 2013, último ano que esta Associação recebeu financiamento da DGArtes; que o contrato assinado com a RTP por Paula Varanda enquanto Presidente da DANSUL para a produção de um filme configura uma clara incompatibilidade relativamente àquilo que eram as suas funções como Diretora-Geral em substituição.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição, agradecendo ao Senhor Ministro e ao Senhor Secretário de Estado os esclarecimentos prestados.

As gravações áudio e vídeo encontram-se disponíveis na [página internet da Comissão](#).

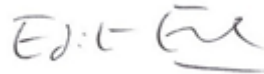
II Parte

Por consenso entre todos os Grupos Parlamentares, esta parte da Ordem do Dia foi adiada para a próxima reunião da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 14 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de junho de 2018

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(EDITE ESTRELA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP na reunião de 20 de junho de 2018.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Carla Sousa
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Helga Correia
Hugo Carvalho
João Pinho de Almeida
Joel Sá
José Carlos Barros
Margarida Balseiro Lopes
Norberto Patinho
Pedro Delgado Alves
Pedro do Ó Ramos
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas
Ana Mesquita
Ana Sofia Bettencourt
António Costa Silva
José Moura Soeiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Nuno Magalhães
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves
Joana Barata Lopes
João Torres
Jorge Campos
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Luís Monteiro